

AUMENTO DE JUROS REAIS E DE IMPOSTOS REDUZEM PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO EM 2017

PIB dos serviços recua 2,2%

A economia brasileira encerrou o ano de 2016 com retração do PIB de 3,6% em relação a 2015. Essa retração foi o resultado de uma queda de 16,2% no investimento e de 4,2% no consumo das famílias brasileiras. O consumo do governo também contribuiu negativamente ao recuar 0,6% em relação a igual período do ano anterior. As exportações caíram 2,6% em termos reais e as importações recuaram 17,5% nessa comparação.

Com esse resultado, o PIB brasileiro já recuou 7,2% desde 2014. Considerando o crescimento demográfico do país, que foi de 1,6% nesse período, o PIB per capita já acumulou retração de 8,7% em dois anos, o que equivale a uma taxa média de 4,5% ao ano.

Entre os setores de atividade econômica, agricultura e comércio registraram as maiores retrações, com quedas de PIB de 6,6% e 6,3%, respectivamente. O PIB da indústria de transformação recuou 5,2% na comparação entre 2016 e 2015. A extração mineral e a construção civil também apresentaram retrações de 2,9% e 5,2%, respectivamente.

Em 2016, os serviços privados não financeiros observaram retração de PIB de 2,2% em razão dos resultados

PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões¹

Setores de atividade	Acumulado no ano		
	2015	2016	var. (%)
Agropecuária	321,12	300,02	-6,6%
Extrativa Mineral	76,16	73,96	-2,9%
Indústria de Transformação	699,87	663,27	-5,2%
Construção	332,77	315,61	-5,2%
Comércio	735,69	689,55	-6,3%
Financeiro	470,33	457,36	-2,8%
Serviços públicos	1.120,98	1.120,27	-0,1%
Serviços privados não financeiros	2.135,57	2.088,56	-2,2%
PIB a custo de fatores	5.892,48	5.708,61	-3,1%

Demanda agregada, R\$ Bilhões¹

Componentes de demanda	Acumulado no ano		
	2015	2016	var. (%)
Consumo	4.238,60	4.058,54	-4,2%
Gastos do governo	1.453,64	1.445,47	-0,6%
Investimento*	1.223,43	1.025,72	-16,2%
Exportação	820,16	798,61	-2,6%
Importação	930,95	768,09	-17,5%
PIB a preços de mercado	6.804,87	6.560,25	-3,6%

Fonte: IBGE. (1) a preços do último trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

ruins dos setores de transportes, serviços imobiliários e de serviços de informação, que tiveram quedas reais de PIB de 7,1%, 3,1% e 3,0%, respectivamente. No caso de transportes, pesou a retração da própria indústria de transformação e do comércio, que demandaram menos serviços no início deste ano. No caso dos serviços de informação, pesou o

desempenho ruim das telecomunicações. A queda de PIB dos serviços privados não financeiros não foi pior porque houve recuperação das atividades no setor de energia, saneamento e gás (4,7% em termos reais). Na comparação com 2015, o PIB dos serviços prestados às famílias e empresas manteve-se praticamente estável em 2016.

Balança de serviços melhora

A balança de serviços continuou a apresentar melhoras segundo dados do Banco Central do Brasil. Em 2016, o déficit da balança de serviços foi de USD 30,449 bilhões, montante menor que os USD 36,919 bilhões registrados em 2015. Portanto, houve uma redução no déficit de USD 6,469 bilhões entre os dois períodos. Houve queda de USD 6,947 bilhões das despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior e ligeira retração das receitas brasileiras com exportações de serviços a estrangeiros, as quais passaram de USD 33,778 em 2015 para USD 33,300 em 2016.

Os itens que mais contribuíram para a redução das despesas dos brasileiros no exterior foram as viagens internacionais, que foram reduzidas em USD 2,860 bilhões (41,2% do total da queda de despesas dos brasileiros com serviços), e os gastos com serviços prestados às empresas, que caíram USD 2,468 bilhões (ou 35,5% do total da queda).

No que diz respeito ao turismo internacional, houve ganho pequeno de

Fonte: BACEN. (1) Royalties e aluguel de equipamentos (2) Serviços culturais, pessoais e recreativos e demais serviços.

Serviços privados não financeiros, R\$ Bilhões¹

Abertura de serviços	Acumulado no ano		
	2015	2016	var. (%)
Energia, saneamento e gás	146,37	153,31	4,7%
Transportes e logística	264,69	246,02	-7,1%
Serviços de informação	180,13	174,64	-3,0%
Prestados às famílias e empresas	538,20	539,21	0,2%
Serviços imobiliários	1.006,18	975,37	-3,1%
Total	2.135,57	2.088,56	-2,2%

Fonte: IBGE. (1) a preços do último trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

Balança de serviços, USD Milhões

Contas	Acumulado no ano		
	2015	2016	var. (%)
Transportes	-5.664,21	-3.730,51	-34,1%
Receitas	4.956,07	5.057,81	2,1%
Despesas	10.620,28	8.788,33	-17,2%
Viagens	-11.512,87	-8.473,11	-26,4%
Receitas	5.843,95	6.023,80	3,1%
Despesas	17.356,83	14.496,91	-16,5%
Seguros e serviços financeiros	-615,38	-703,13	14,3%
Receitas	1.729,92	1.522,74	-12,0%
Despesas	2.345,30	2.225,87	-5,1%
Serviços prestados a empresas ¹	-17.721,95	-16.018,45	-9,6%
Receitas	19.642,87	18.877,99	-3,9%
Despesas	37.364,82	34.896,44	-6,6%
Serviços governamentais	-1.045,31	-1.566,43	49,9%
Receitas	788,62	732,59	-7,1%
Despesas	1.833,93	2.299,02	25,4%
Outros serviços ²	-358,89	42,33	-111,8%
Receitas	816,10	1.085,36	33,0%
Despesas	1.175,00	1.043,03	-11,2%
Total	-36.918,62	-30.449,30	-17,5%
Receitas	33.777,54	33.300,29	-1,4%
Despesas	70.696,15	63.749,59	-9,8%

receitas (3,1%), considerando que em 2016 as Olimpíadas foram realizadas no país. Esse dado corrobora a visão defendida pela CNS de que é baixa a competitividade brasileira no contexto do turismo internacional.

As estatísticas do Banco Central também mostram que a evolução do câmbio e o crescimento econômico mundial superior ao brasileiro não resultaram num volume de exportações de serviços maior. As receitas de exportação de serviços continuaram em queda ao longo de 2016, acumulando retração de 1,4%. Esse fato reforça a ideia de que os problemas estruturais de competitividade do país estão além das oportunidades de mercado que podem surgir com um câmbio mais favorável ao exportador de serviços e uma demanda mundial mais aquecida.

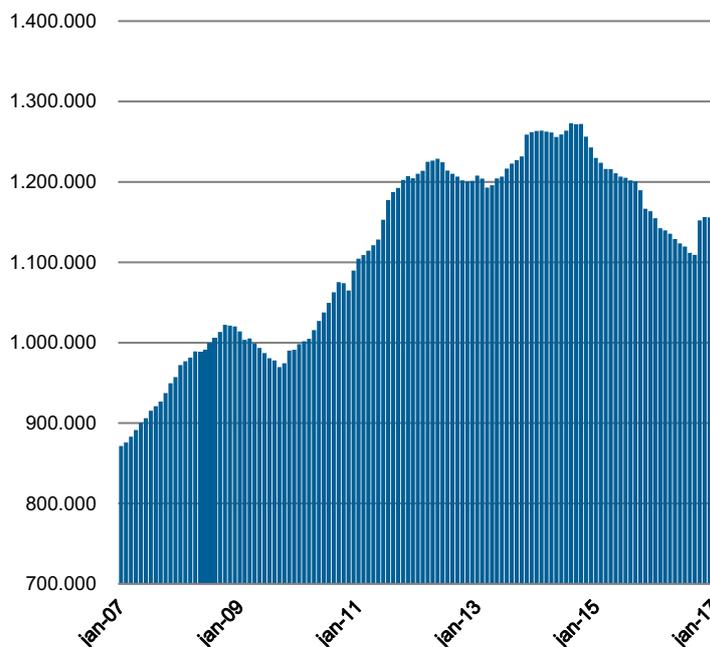
Desequilíbrio fiscal

As informações mais recentes do Tesouro Nacional dão conta de que o desajuste fiscal continuou crescendo em 2016. O resultado primário do Governo Central passou de um déficit primário de R\$ 114,7 bilhões em 2015 para um déficit primário de R\$ 154,3 bilhões em 2016. O aumento do déficit primário do país resultou, de um lado, do crescimento de 7,2% das despesas do Governo Central e, de outro, do aumento nominal de apenas 5,4% das receitas totais entre 2015 e 2016.

O resultado não foi pior porque houve um aumento extraordinário de receitas do imposto de renda em outubro, o qual está associado ao programa de repatriação de recursos depositados no exterior. Isso fez crescer em quase R\$ 30 bilhões o IR arrecadado no mês.

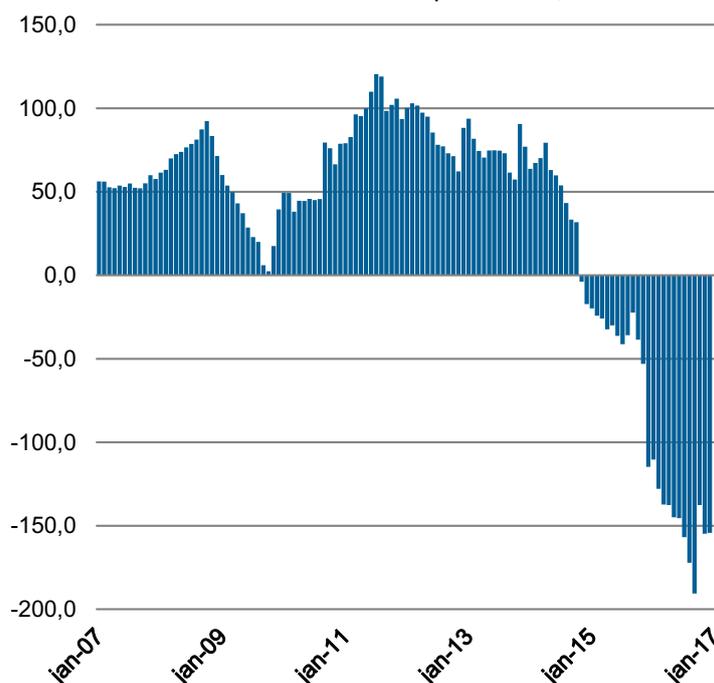
Com o aumento do déficit primário e as taxas de juros e a inflação em patamares ainda elevados, cresceu sobremaneira o custo de financiamento da dívida pública. A Dívida Pública Federal em poder do público passou

Arrecadação tributária federal em R\$ bilhões*, acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE. (*) a preços de 2016.

Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

de R\$ 2,295 trilhões em dezembro de 2014 para R\$ 3,113 trilhões em dezembro de 2016, indicando crescimento de 35,6%. O custo de financiamento da dívida de R\$ 271,9 bilhões por ano em outubro de 2014 para quase R\$ 374,8 bilhões por ano em dezembro de 2016. Isso implicou um aumento de custo para o Tesouro Nacional de R\$ 102,2 bilhões por ano, ou seja, um aumento de custo de 37,6% com a rolagem da dívida pública federal.

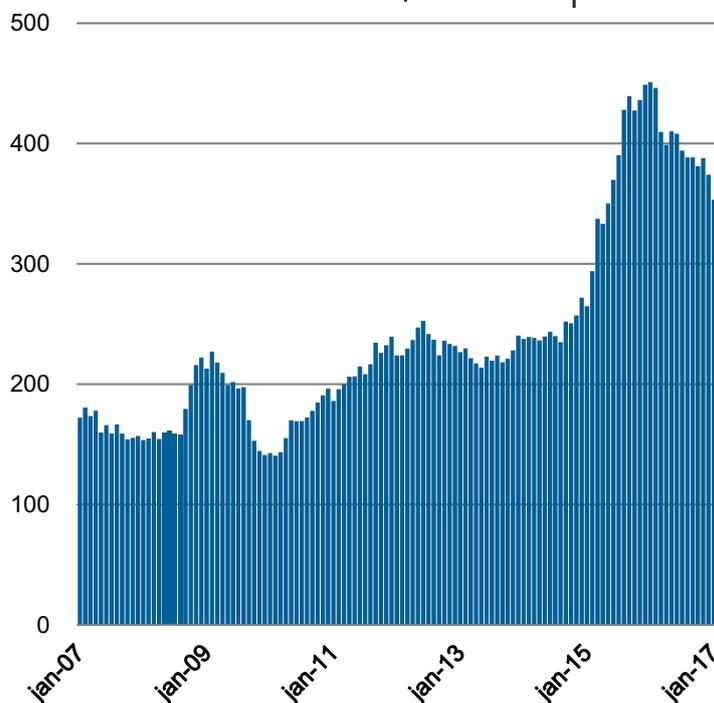
A Emenda Constitucional que limitou o crescimento das despesas nos próximos dez anos trará equilíbrio fiscal. O efeito positivo da medida será mais expressivo a partir do momento em que houver recuperação das atividades econômicas. Com as despesas congeladas em termos reais, o aumento das atividades fará crescer a arrecadação em termos reais, possibilitando o ressurgimento de um superávit primário no futuro. Isso possibilitará a redução do endividamento e, conseqüentemente, trará mais segurança quanto aos títulos do Tesouro Nacional e possibilitará uma taxa de juros menor no futuro.

No curto prazo, contudo, a nova regra de equilíbrio das contas levará a novos cortes de despesas do governo, principalmente com investimentos, e ao aumento de impostos. As medidas anunciadas em março de contingenciamento de despesas e de aumento de tributos são recessivas no curto prazo e apontam, portanto, para um potencial de crescimento menor da economia brasileira em 2017.

Inflação

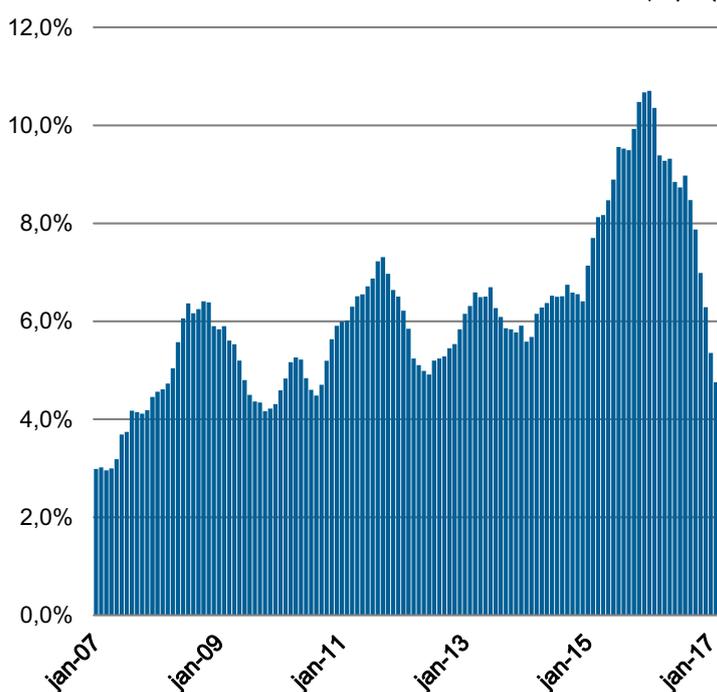
O ritmo de redução da inflação foi impressionante. Após vários meses de queda da atividade econômica, a taxa de variação acumulada em dezembro de 2016 do IPCA foi de aproximadamente 6,3%, um valor bem

Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

inferior ao de igual período de 2015, que havia atingido 11,7%.

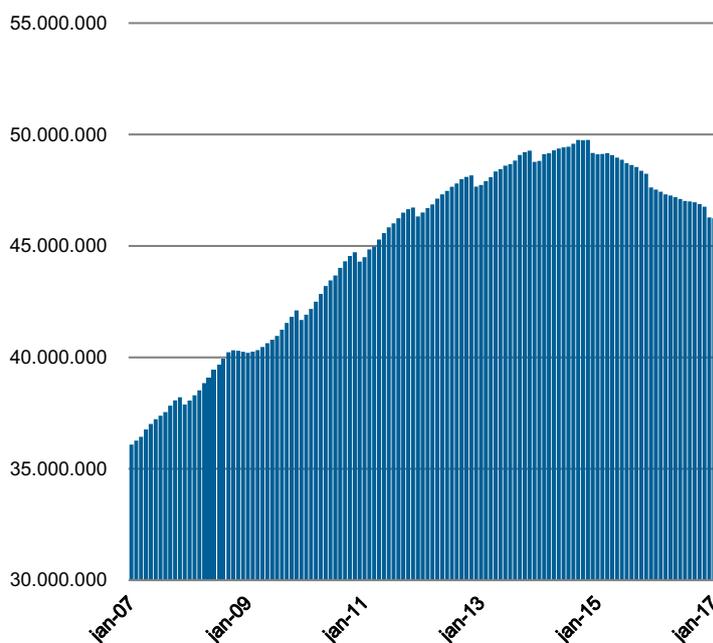
Em fevereiro de 2017, a variação em doze meses do IPCA já estava em 4,8% ao ano, indicando uma inflação bem próxima da meta inflacionária em 2017. Nessa comparação, o que mais contribuiu para a queda do custo de vida foi a redução de despesas com energia elétrica, cuja queda foi de 10,4% entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2016. As despesas com saúde e educação continuaram pressionando o custo de vida dos brasileiros nesse início de ano. Em fevereiro de 2017, a variação em doze meses das despesas com saúde já estava em 10,8% e a das despesas com educação, em 8,0%.

O IGP-DI registrou elevação de 5,6% no acumulado deste ano até fevereiro. Em agosto de 2016, a taxa acumulada anual do IGP-DI era de 11,4%. Para que houvesse essa redução rápida da inflação, além da contribuição dos preços aos consumidores, pesaram os aumentos menores dos preços no atacado, principalmente de produtos agropecuários, cuja variação acumulada em 2017 até fevereiro foi de apenas 3,5%.

Nos serviços privados não financeiros (que não inclui serviços de saúde e educação), o comportamento de preços foi bastante variado. Na média dos setores, houve aumento de preços de apenas 5,6% entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Essa taxa é um pouco menor que a registrada em agosto de 2016, que havia alcançado 6,4% em doze meses, mas está acima da inflação aos consumidores.

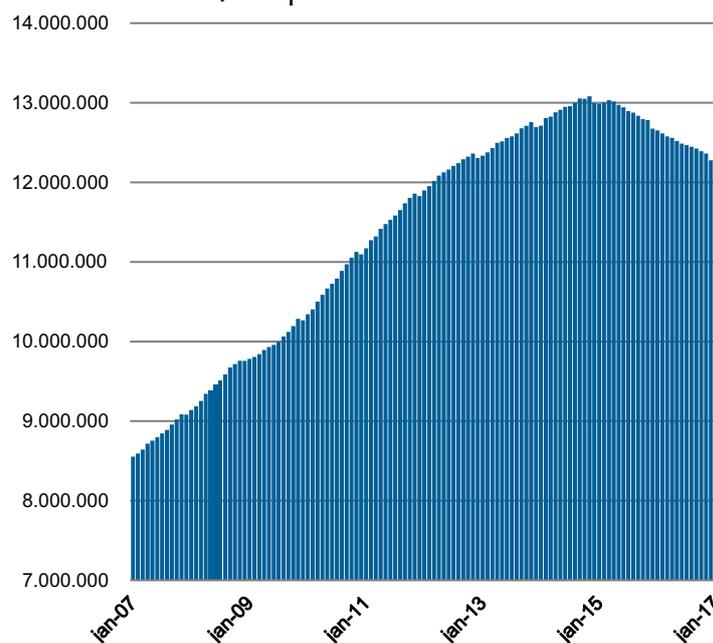
No caso dos serviços privados não financeiros pesaram o aumento de 22,8% em doze meses dos preços dos transportes aéreos e dos preços dos serviços administrativos e técnico-profissionais, cujas variações acumuladas em 12 meses foram de 7,8% e

Emprego com carteira assinada em todos os setores de atividade econômica



Fonte: CNS

Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

7,4%, respectivamente. Nesses casos, pesaram os mesmos fatores que influenciaram os preços de serviços de saúde e de educação: as elevações dos custos com mão de obra.

Retração do emprego

O nível de emprego no Brasil caiu acentuadamente ao longo de 2016 em razão da crise econômica. No acumulado do ano, conforme indicam estimativas da Confederação Nacional dos Serviços feitas com base em dados do Ministério do Trabalho, foram fechados 1,642 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no país. Isso equivale a uma queda de 3,4% em relação aos primeiros dez meses de 2015.

Entre os setores de atividade econômica, a maior retração foi observada na construção civil, cujo emprego caiu 14,8%. Em 2016, o setor fechou 427,7 mil vagas. A indústria de transformação, cujo estoque de trabalhadores caiu 6,9% em 2016, foi o setor com maior número de postos de trabalho encerrados nesse período: 522,8 mil. O emprego no comércio e nos serviços também observaram quedas acentuadas de, respectivamente, 2,7% e 1,5%. O setor de serviços, por empregar um volume grande mão de obra, foi o terceiro em fechamentos de postos de trabalho, com 415,7 mil vagas encerradas em 2016.

Os dados do início de 2017 ainda não são animadores. O ritmo de queda diminuiu, mas a economia continua a fechar postos de trabalho. Na comparação entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, o comércio e a construção civil já encerraram quase 100 mil vagas. Os serviços registraram abertura de 52,4 mil vagas, mas o patamar de fevereiro de 2017 ainda está 1,3% inferior ao de igual período de 2016.

Faturamento e emprego dos serviços privados não financeiros

Os serviços privados não financeiros – que excluem a administração pública e o setor financeiro – registraram queda acentuada de emprego ao longo de 2016. A queda acumulada no ano foi de 3,2%, com encerramento de 418,8 mil vagas. Nos primeiros meses de 2017, o número de postos de trabalho ficou relativamente estável na comparação com dezembro do ano passado, mas o patamar é bem inferior ao de 2016. No acumulado dos dois primeiros meses de 2017, o emprego nos serviços privados não financeiros acumulou queda de 2,9% em relação a igual período de 2016.

Como observado na seção que apresentou os resultados do PIB de 2016, as maiores perdas vieram nos segmentos de serviços prestados às empresas e serviços de transportes, dois segmentos cujas operações estão diretamente ligadas às atividades da indústria de transformação, da construção civil e do comércio. No segmento de serviços prestados às empresas foram encerradas 209,8 mil vagas em 2016 e, no segmento serviços de transportes, 104,7 mil postos de trabalho.

Esses dois segmentos continuam com tendência de retração em 2017. No acumulado dos dois primeiros meses do ano, o emprego no setor de transportes já verificou queda de 3,8% em relação a igual período de 2016. No caso de serviços prestados às empresas, a queda acumulada em 2017 é de 3,2%.

Outro dado que corrobora a retração das atividades dos serviços privados não financeiros é a evolução do faturamento. Em termos reais, as receitas do setor caíram 7,2% entre janeiro de

PIB por setor de atividade e componente de demanda, R\$ Milhões¹

Setores de atividade	Em R\$ milhões			Variação anual	
	2015	2016	2017	2016	2017
Agropecuária	321,12	300,02	288,51	-6,6%	-3,8%
Extrativa Mineral	76,16	73,96	77,49	-2,9%	4,8%
Indústria de Transformação	699,87	663,27	650,58	-5,2%	-1,9%
Construção	332,77	315,61	304,87	-5,2%	-3,4%
Comércio	735,69	689,55	676,72	-6,3%	-1,9%
Financeiro	470,33	457,36	451,98	-2,8%	-1,2%
Serviços públicos	1.120,98	1.120,27	1.124,72	-0,1%	0,4%
Serviços privados não financeiros	2.135,57	2.088,56	2.069,97	-2,2%	-0,9%
PIB a custo de fatores	5.892,48	5.708,61	5.644,85	-3,1%	-1,1%
Energia, saneamento e gás	146,37	153,31	153,16	4,7%	-0,1%
Transportes e logística	264,69	246,02	239,30	-7,1%	-2,7%
Serviços de informação	180,13	174,64	175,67	-3,0%	0,6%
Prestados às famílias e empresas	538,20	539,21	537,83	0,2%	-0,3%
Serviços imobiliários	1.006,18	975,37	964,01	-3,1%	-1,2%
Total	2.135,57	2.088,56	2.069,97	-2,2%	-0,9%
Consumo	4.238,60	4.058,54	4.011,09	-4,2%	-1,2%
Gastos do governo	1.453,64	1.445,47	1.446,30	-0,6%	0,1%
Investimento*	1.223,43	1.025,72	1.028,51	-16,2%	0,3%
Exportação	820,16	798,61	775,76	-2,6%	-2,9%
Importação	930,95	768,09	758,20	-17,5%	-1,3%
PIB a preços de mercado	6.804,87	6.560,25	6.503,46	-3,6%	-0,9%

Fonte: IBGE. (1) a preços do último trimestre de 2016. (*) Inclui a variação de estoques.

2017 e janeiro de 2016 segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Entre os segmentos analisados, vale destacar as quedas reais no faturamento dos serviços prestados às empresas, de 15,3% em termos reais, e nos serviços de alojamento e alimentação, de 13,0%. Os serviços de transportes aéreos acumularam perdas reais de 19,8% entre janeiro de 2017 e janeiro de 2016. Os serviços de Tecnologia de Informação, por outro lado, tiveram crescimento real de 1,3% no acumulado do ano.

Perspectivas para 2017

Como foi apontado na edição de dezembro do Boletim de Conjuntura da CNS, o contexto econômico se complicou severamente ao longo de 2016. O desemprego cresceu e o custo da dívida pública federal, que sofreu uma elevação desastrosa ao longo de 2015, levou à adoção de uma política fiscal bastante dura. Isso tem restringido severamente o investimento público, com impacto forte sobre o nível de atividades.

No plano fiscal, algumas mudanças foram positivas para o longo prazo. A Emenda Constitucional que congelou as despesas federais em termos reais aponta para um déficit primário menor no futuro, reduzindo as pressões para aumentar a carga tributária, o que teria efeitos recessivos e inflacionários maiores.

No curto prazo, contudo, as condições ainda são desfavoráveis. A redução da inflação, que foi muito mais acentuada que a da taxa de juros, acabou elevando os juros reais pagos no crédito, comprometendo uma retomada mais forte desse mercado. Os novos cortes de despesas do governo federal e a elevação de impostos, de outro lado, retiraram recursos do setor privado, com impactos negativos sobre as atividades econômicas. É, portanto, impossível um resgate de curto prazo do crescimento econômico.

O Boletim de Conjuntura da CNS de dezembro de 2016 já indicava perspectiva de nova retração de PIB em 2017, desta vez de 0,3%. Na época, o mercado apostava num crescimento de 0,7% e o governo falava em expansão de PIB de 1%. Em 22 de março deste ano, o governo reduziu a projeção do aumento de PIB em 2017 para 0,5% e o mercado já falava de um crescimento nessa magnitude (0,48% em 17 de março).

As projeções da CNS, contudo, continuam mais pessimistas: espera-se queda de 0,9% no PIB brasileiro este ano. Espera-se uma expansão forte do PIB da extrativa mineral (4,8%) e um crescimento modesto do PIB do setor público (0,4%). Os demais setores de atividade devem apresentar retrações: serviços privados não financeiros (-0,9%), setor financeiro (-1,2%), indústria de transformação (-1,9%), comércio (-1,9%), construção (-3,4%) e agropecuária

(-3,8%). Nessa tendência, pesam as taxas reais de juros, que cresceram em 2017, a restrição de crédito e o ajuste fiscal do governo.

Entre os segmentos dos serviços privados não financeiros, ressalte-se o desempenho positivo esperado dos serviços de informação, que devem crescer 0,6% em 2017, dando continuidade à sua liderança na economia brasileira. O PIB dos serviços de transportes e logística deve cair 2,7%, puxado pelo desempenho fraco das empresas aéreas. O fraco desempenho da indústria e do comércio e a queda de 0,6% nas despesas de consumo das famílias brasileiras devem inibir a expansão do segmento de serviços prestados às famílias e empresas, para o qual se espera retração real de 0,3% em 2017.

Com isso, o ano de 2017 deve marcar a terceira variação negativa consecutiva de PIB; menor, contudo, que as dos anos anteriores. Nesse contexto, medidas de estímulo às atividades de serviços, as quais são intensivas de mão de obra e de resposta rápida, podem contribuir para o aumento do emprego e para uma recuperação econômica mais rápida e consistente. Deve-se ter em mente que a queda de produção tem sido a principal causa de corrosão das receitas públicas, cerne da crise fiscal e econômica do país. O estímulo ao investimento no setor de turismo doméstico se somaria à desvalorização cambial para aumentar a competitividade brasileira, algo que ainda não foi perfeitamente equacionado no país. De outro lado, desestímulos aos serviços advindos de um eventual aumento da carga tributária sobre as micro e pequenas empresas, algo que continua se cogitando como alternativa de política fiscal, deve ser totalmente descartado, dado que essas mudanças fiscais poderiam acirrar a crise econômica.